



AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE ÁGUAS DE JUREMA, MUNICÍPIO DE IRETAMA / PR

Lucimara Rodrigues Betis¹, Silvio Silvestre Barczsz²

RESUMO: A agricultura familiar vem sendo lembrada por sua importância, na absorção de trabalho e produção de alimentos para auto consumo, atualmente vem ganhando caráter social, passando a ser mais vista em congressos, debates e discursos políticos. O presente estudo foi realizado nas propriedades rurais localizadas na comunidade rural de Águas de Jurema, pertencentes ao município de Iretama. Tendo como objetivo caracterizar a agricultura familiar desta comunidade, entender os principais motivos que levam os jovens agricultores da região a desistir da lida no campo, e o que faz com que os que permanecem não busquem formação. A metodologia caracteriza-se de um estudo de caso, utilizando como fonte coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com as famílias de agricultores que tem por característica agricultura familiar. Foi possível constatar através da pesquisa, que apesar de todas as dificuldades dos agricultores, tanto financeiras quanto a localização e tamanho das propriedades, 46% dos filhos das famílias entrevistadas ainda estão em casa, grande maioria com nível de escolaridade médio. Foi possível identificar também, que o fator mais agravante que leva a evasão dos demais jovens para as cidades está relacionado com a falta de trabalho e ocupação na propriedade, casamento com pessoas de outras regiões e também a busca por ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; PRONAF; Sucessão Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem sendo lembrado por sua importância, na absorção de trabalho e produção de alimentos para autoconsumo. Não existe uma definição universal para agricultura familiar, são consideradas desde pequenas propriedades até fazendas de baixa renda quando administradas pela própria família.

Mesmo com tantas diversidades como insuficiência de terra, ausência de assistência técnica, baixa disponibilidade de tecnologia, carência de capital. O peso da agricultura familiar para o Brasil é muito significativo, e não tem perdido suas forças diante dos fatores tecnológicos e de modernidade que beneficiam mais o setor patronal que a própria agricultura familiar. Este modelo de agricultura tem crescido junto com a diversificação de renda, resultado da combinação de várias fontes de atividades produtivas, descobertas através de estratégias de sobrevivência no campo.

Para Coelho *et al.* (2011, p. 2), “o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país ganha forças impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, e fixação do homem no campo”. Uma das vantagens da agricultura familiar é que é possível estabelecer uma relação entre gestão e trabalho, favorecendo o emprego de práticas produtivas ecologicamente corretas, e diversificando culturas. Sem falar no menor número de insumos industrializados e também a preservação do patrimônio genético.

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar a agricultura familiar da comunidade de Águas de Jurema, entender os principais motivos que levam os jovens agricultores da comunidade de Águas de Jurema a desistir da lida no campo, e o que faz com que os que permanecem não busquem formação. Mensurar as principais dificuldades hoje encontradas nas pequenas propriedades rurais, devido à ausência de políticas agrícolas voltadas para o pequeno produtor.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esse estudo foi realizado com agricultores familiares da comunidade de Águas de Jurema distrito que pertence ao município de Iretama, localizado na região centro ocidental do estado do Paraná. Município este que pertence à microrregião geográfica de Campo Mourão.

Esse trabalho caracteriza como tipo de pesquisa de diagnóstico, onde segundo Roesch (1999, *apud* Coelho *et al.*, 2011), visa levantar e definir problemas. No estudo foram utilizadas fontes de dados primárias e secundárias, as fontes primárias correspondem às entrevistas realizadas com agricultores familiares, já o levantamento de dados secundários se deu através de revisão bibliográfica em publicações como artigos de revistas, simpósios, congressos e páginas de web sites. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizados

¹ Aluna do curso de Pós Graduação em MBA em Agronegócio do Ensino a Distância do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. lucimarashiang@hotmail.com.

² Orientador e professor do curso de Pós Graduação em MBA em Agronegócio do Ensino a Distância do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. silvio.silvestre@unicesumar.edu.br.



como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, com visitas a agricultores familiares da comunidade de Águas de Jurema município de Iretama Paraná. O roteiro da entrevista aplicado aos agricultores familiares foi composto por 12 questões.

Foram entrevistadas 10 famílias de agricultores familiares, no período de 10 a 17 de julho de 2015, com a finalidade de retratar a região e identificar a principal causa da evasão dos jovens do campo. Para representar os dados, utilizou-se como base o referencial teórico de metodologia da pesquisa desenvolvido por Almeida (2014, p. 3) onde “o pesquisador pode optar por tabelas, gráficos, quadros, que contribuam tanto para o pesquisador distinguir diferenças e estabelecer relações entre os dados quanto para facilitar a análise de tais dados pelo leitor posteriormente”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diversos estudos, realizados em diferentes partes do mundo, demonstram que a agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, contribuindo ao desenvolvimento local (COSTA; RIMKUS & REYDON, 2008).

O maior patrimônio da agricultura familiar não é a terra ou a propriedade, mas sim a própria família, que semeia seus conhecimentos e valores. Apesar de todos os benefícios que a agricultura familiar propicia devemos lidar com a possibilidade de amanhã ou depois esse modelo de agricultura não existir mais, seja pela marginalização de políticas públicas, ou pela ausência de quem queira se aderir a este modelo de produção. Daí a importância deste estudo, para diagnosticarmos as causas da evasão de tantos jovens do campo, e futuramente poder traçar uma estratégia de mudanças no manejo produtivo para que seja mais atrativo para o jovem agricultor familiar permanecer na propriedade.

As pequenas propriedades surgiram de fato entre lutas e conflitos dos senhores das terras; posseiros; moradores e trabalhadores rurais, e com a crise cafeeira houve ainda mais retalhamento das grandes propriedades, favorecendo dessa forma a agricultura familiar. Agricultura esta que precisava alimentar os grandes centros urbanos que surgiam.

Abramovay (1997, *apud* Savoldi; Cunha, 2010, p. 30) afirmam que:

No Brasil a agricultura familiar, praticada nas pequenas propriedades surgiu à margem da grande propriedade e nunca teve uma política em seu benefício. A partir da década de 1990, ocorreram de forma significativa mudanças econômicas, sociais e políticas no espaço mundial. No contexto do espaço da agricultura familiar que conquista um lugar importante neste cenário de transformações.

A agricultura familiar brasileira inclui famílias das mais diversas categorias, desde as que vivem em condições muito precárias com relação às necessidades mais básicas e em terrenos pequenos onde mal compensa investir, pois não há como construir uma produção sustentável. Até famílias com os mais diversos recursos como terra; conhecimento; capacitação etc. Por isso é importante entendermos as diferenças e não enquadrar as famílias a uma única categoria.

Para Abramovay (1997, *apud* Savoldi; Cunha, 2010, p.26).

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É de perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Segundo Coelho (2011), existem também algumas categorias básicas, nas quais algumas propriedades de agricultura familiar podem se enquadrar, conforme abaixo.

- Empresarial: é a forma de agricultura cuja sua produção é voltada para comercialização, viabilizando rentabilidade e produtividade, o que seria um modelo ideal para agricultura familiar.
- Camponesa: é um tipo de agricultura familiar onde a família não prioriza a atividade agrícola como fonte de crescimento para sua propriedade, mas se esforça para manter no campo seguindo de alguns costumes.



- Agrícola urbana: é um modelo de agricultura que não segue padrões produtivistas, segue seus próprios valores voltando-se para a qualidade de vida, mas não deixa de considerar os índices de mercado em algumas ocasiões.

Sem dúvida o principal fator que pode distinguir a agricultura familiar das demais, é a presença do trabalho familiar com relação à principal fonte de renda da família, e isso independente do manejo das atividades, desde os trabalhos que requerem mais tecnologia até os simples trabalhos manuais.

As mudanças ocorridas a partir dos anos de 1970 atreladas ao processo de modernização dentro da agricultura trouxeram grandes transformações. De acordo com Lima, Barczsz e Oliveira (2008, p. 3), “as reformas que a economia brasileira vem passando, não só econômicas, mas, também institucionais, vão ao encontro de novo padrão de expansão da economia mundial”. Tais mudanças refletiu diretamente no comportamento da agricultura familiar, possibilitando a institucionalização, porém também agravaram sérios problemas com relação as novas técnicas de plantio. Começava aí uma nova era a mecanização agrícola.

A década de 1980 ficou marcada pela grande aquisição de máquinas agrícolas (tratores; colheitadeiras; pulverizadores). Todo esse avanço tecnológico fez com que o trabalho familiar reduzisse, ou seja, passaram a sobrar trabalhadores rurais, os que não se adequaram a modernidade sejam pela ausência de recursos ou tamanho de suas propriedades, foram expulsos do campo.

Sobre essa modernização na agricultura Rangel (1962, *apud* Savoldi; Cunha, 2010, p. 38) afirma que:

A mecanização agrícola causou excedentes de mão de obra no campo, que acabaram por ir para a cidade, tornando-se parte integrante do mercado consumista. Com esse excesso de oferta de mão-de-obra, o preço de sua força de trabalho caiu, diminuindo assim o poder do assalariado, que se submete a trabalhar por salários irrisórios, ampliando o desequilíbrio entre trabalhadores e patrões.

Essa mesma modernização também marca a entrada do agricultor familiar no segmento bancário, pois para aquisição de máquinas agrícolas na maioria das vezes o agricultor realiza um financiamento, ao mesmo tempo em que adquire uma benfeitoria e moderniza todo o trabalho, muitos agricultores familiares se endividaram com esses investimentos e acabaram por vender suas propriedades para quitar as dívidas.

Já na década de 1990 a globalização possibilitou que a agricultura familiar conquistasse seu espaço nas mídias e também fosse mais vista nas políticas nacionais. Nesta mesma data depois de muito se discutir foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, e assegurar um aumento produtivo com melhoria de renda. Observa-se que apesar de tamanha modernização parte dos agricultores continuam excluídos e sobrevivem seguindo seus costumes e valores próprios.

Referente às consequências que esses agricultores enfrentam Costa, Rimkus e Reydon (2008, p.2) colocam que:

No Brasil a agricultura familiar sempre foi um setor marginalizado. Tal situação é fruto da herança colonial do país, como do processo de “modernização desigual” da agricultura brasileira. Os grandes e médios produtores patronais ligados ao setor exportador, localizados fundamentalmente nas regiões Sul e Sudeste, foram os verdadeiros beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural.

O crédito agrícola tem sido uma das mais importantes ferramentas, voltadas para o desenvolvimento da agricultura em nosso país. Cada linha de crédito está articulada a um tipo de produção e possui regras próprias. Um dos modelos de crédito mais importante é o PRONAF, que veio com a intenção de ajudar o agricultor familiar a superar suas dificuldades e condicioná-lo a permanecer no campo. O PRONAF é destinado para geração de renda na propriedade familiar, por meio de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos na propriedade.

Porém uma das barreiras que limita a pequeno produtor na adesão ao programa são as condições financeiras que o PRONAF estipula e o poder aquisitivo do agricultor familiar. Muitas vezes as agências bancárias não conseguem liberar o investimento para o pequeno produtor, por não conseguir flexibilidade em articular o projeto no modelo de produção e a instituição financeira.

O PRONAF se divide em grupos, A, B e C, os principais beneficiários são: agricultores familiares de maneira geral; assentados; agricultores que explorem a terra sejam eles proprietários; arrendatários; comodatários; posseiros. Que não tenham títulos de imóveis superior a 4 módulos fiscais, cuja renda bruta venha 50% da propriedade familiar e tenha o trabalho familiar predominante. São também beneficiários do PRONAF: pescadores artesanais; aquicultores; silvicultores; extrativistas; integrantes de comunidades quilombolas rurais; povos indígenas; demais povos e comunidades tradicionais (BACEN, 2015).



Os agricultores familiares podem desenvolver projetos que se enquadrem em algumas das categorias de PRONAF, descritas no quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de PRONAF

Categoria	Atribuições
Pronaf Agroecologia	Produção de sistemas orgânicos e bases agroecológicas
Pronaf Agroindustrial	Infraestrutura, processamento e comercialização.
Pronaf Eco	Energia renovável e sustentabilidade
Pronaf Floresta	Projetos agroflorestais e extrativismo
Pronaf Jovem	Integrantes da agricultura familiar entre 16 e 29 anos
Pronaf Mulher	Projetos voltados para mulher agricultora

FONTE: BACEN, 2015.

A comunidade de águas de Jurema é composta por grande maioria de agricultores familiares, a maior fonte de atividade agropecuária econômica vem da criação de gado leiteiro, produção de milho e soja. No intuito de responder o objetivo proposto por esse artigo, foram entrevistados, 10 famílias de agricultores familiares, das 10 famílias entrevistadas, somou-se um total de 26 filhos, com faixa etária variando entre 2 anos de idade e 33 anos.

Nota-se que com relação á evasão dos jovens do campo para a cidade, na atual comunidade 46% dos jovens ainda estão residindo com a família, levando em consideração que 25% ainda são menores de idade, 54% dos jovens se deslocaram para as cidades. Verificou-se também a escolaridades dos filhos de agricultores familiares, onde 31% estagnaram ou ainda estão concluindo o ensino fundamental, 46% estão cursando ou terminaram o ensino médio e 23% estão matriculados no ensino superior, conforme o gráfico 1.

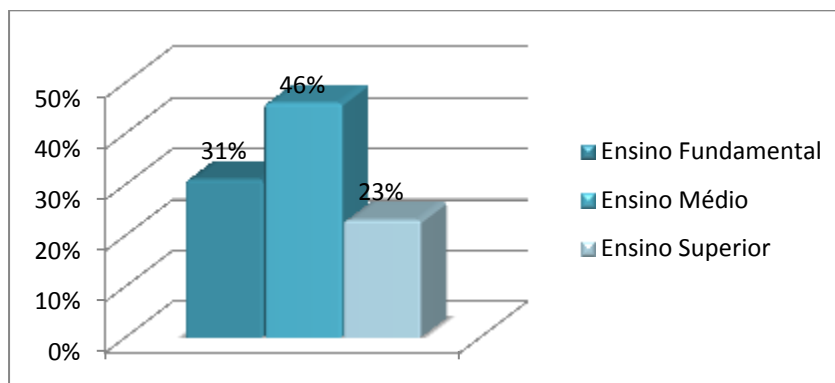


Gráfico 1 - Nível de escolaridade

Fonte: Dados da Pesquisa

Referente ao principal motivo que levam os Jovens a deixar a propriedade 20% dos entrevistados acredita ser casamento com pessoas de outras cidades e também por buscar ensino superior fora do município ou da região, 30% afirmam que a propriedade é pequena e não tem serviço ou ocupação para todos da família exceto em épocas de plantio e safra.

Hoje para que um agricultor familiar consiga manter seus filhos na propriedade as famílias acreditam que precisam de oportunidades de trabalho em associações e cooperativas próximas da propriedade; projetos para investimento; apoio governamental; assistência técnica; modernização no manejo de produção etc.

Quando questionados se incentivam os filhos a permanecer na propriedade 90% dos agricultores familiares incentivam, alguns desde cedo levam os filhos para a lida para que aprendam a gostar do manejo e da rotina agrícola, outros conscientizam os filhos afirmando que a propriedade será deles no futuro, grande minoria incentiva os filhos a fazer cursos do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) já que é uma fonte de aprendizado acessível e gratuito, apenas 10% não incentiva devido ás dificuldades já vividas no campo, consequência do trabalho árduo e baixa remuneração.

Os principais motivos que ainda mantêm alguns dos filhos na propriedade foram: 20% têm dó de abandonar os pais e o lugar onde foram criados, 20% nem terminou o ensino fundamental, por comodismo ou desinteresse e por não ter formação não se encorajam a morar na cidade, 20% ainda são jovens que não se decidiram e crianças, 20% por não querer sair da zona de conforto e não gostar da vida agitada da cidade, e 10% por ter perdido o pai recentemente e quer dar continuidade no trabalho dele.



No gráfico 2 é possível verificar que as principais atividades destinadas à comercialização, 60% dos agricultores familiares entrevistados trabalham com manejo de gado leiteiro (apesar da região acidentada), 10% gado de corte, 30% soja e milho e também houve poucos casos de eucalipto, hortaliças, aveia e café, conforme o gráfico 2.

Dentre as principais dificuldades agrícolas encontradas, 30% dos produtores reclamam do preço do leite, custo para produzir e estradas ruins para escoamento da produção, em períodos de chuva, por exemplo, não há como os caminhões de laticínios trafegarem. Uma parcela correspondente a 20% da amostra, afirmam que a propriedade é pequena e acidentada, também houve quem alegou não ter acesso à propriedade por ausência de ponte. Outros 10% se consideram excluídos pela falta de assistência técnica e por serem mal atendidos nas instituições financeiras, mesmo no caso de quitar alguma dívida para fazer um novo investimento. Já 10% reclamam da ausência de um seguro agrícola que proteja a safra, 10% encontram dificuldades em comercializar sua produção pela falta de canais de comercialização voltado para pequenos produtores, e por fim 10% encontram muitos obstáculos para produzir sem possuir maquinário próprio e assim ter que terceirizar a plantação e a colheita.

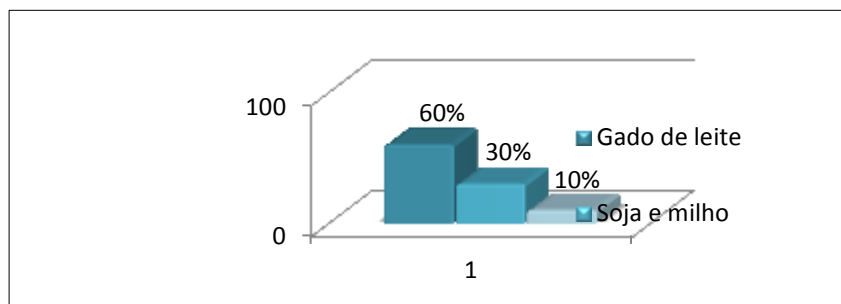


Gráfico 2 - Principais atividades agrícolas.

Fonte: dados da pesquisa

Com relação aos financiamentos agrícolas, todos os agricultores conhecem o PRONAF, mas apenas 10% usufruem do programa, sendo que 40% não utilizam essa linha de crédito, embora no passado quando grande maioria investia na lavoura o Pronaf era a melhor maneira de custear a produção. Dos entrevistados 20% estão com dívidas em negociação, outros 20% abandonaram as dívidas tanto de Pronaf quanto de outros investimentos, e acreditam que essas dívidas ainda irão prescrever. E os 10% restantes dos agricultores familiares não vêm necessidade por enquanto de se aderir ao programa.

Quando questionados sobre a renda da propriedade, se esta consegue sustentar a família as respostas foram: 70% dos pequenos produtores afirmam que não mantém, e que pelo menos um dos membros da casa trabalha empregado. Os 30% restante afirmam que a renda da propriedade mantém a casa se não houver um contra tempo na produção, se não consumir além do necessário, nesses 30% encontramos algumas famílias que recebem aposentadoria.

No que diz respeito ao futuro da propriedade 50% dos entrevistados afirmam que deixarão a propriedade para os filhos, embora não saibam ao certo o plano deles, 20% dos agricultores familiares entrevistados pretendem arrendar a propriedade, outros 20% afirmam que venderão as suas terras futuramente, e 10% não sabe o que vai fazer ainda. No caso de uma filha de agricultor familiar, houve o relato que se não conseguir casar, não terá condições de dar continuidade nos trabalhos de manejo leiteiro da propriedade, pois o trabalho na agricultura demanda por mais força física.

4 CONCLUSÃO

Com base nos dados levantados pelo presente estudo foi possível constatar que embora a agricultura familiar não seja uma prática tão bem sucedida para todas as famílias, 46% dos jovens filhos desses agricultores ainda permanecem no campo. A escolaridade desses jovens de maneira geral varia entre 31% ensino fundamental, 46% ensino médio e 23% ensino superior. O motivo da não continuação dos estudos está relacionado com o desinteresse pessoal e o comodismo dos jovens agricultores. Com relação aos filhos que já deixaram a propriedade verifica-se que o casamento com pessoas de outras regiões tem influenciado no deslocamento do campo para cidade. A ausência de trabalho e ocupação na pequena propriedade também foi dada como consequência para esta evasão de jovens.

Para os pais, segurar os filhos na propriedade implica investimento em infraestruturas, projetos e modernização, uma séria barreira já que partes dos agricultores familiares desta comunidade estão endividados nas instituições credoras. Os filhos que permanecem na propriedade gostam do manejo, não se adaptam nos centros urbanos e de alguma forma pretendem continuar os trabalhos dos pais. A grande maioria dos pais incentiva os filhos, porém nem todos se identificam com as atividades agrícolas da pequena propriedade, visto que



hoje muitas são as oportunidades atrativas nos grandes centros urbanos, já que no sítio se aprende a conviver com falta de acesso às propriedades pela ausência de pontes e estradas que é o caso de algumas famílias de agricultores da comunidade de Águas de Jurema.

Além disso, não existe acompanhamento ou assistência técnica para elaboração de projetos. Para grande maioria das famílias o sustento não vem apenas da propriedade, e pelo menos um membro da casa trabalha empregado. Embora alguns agricultores familiares afirmassem que a renda da propriedade dá para sobreviver de maneira econômica, sem muito consumismo.

O futuro da propriedade familiar da comunidade de Águas de Jurema ainda é incerto, nota-se que grande maioria dos agricultores familiares coloca nas mãos dos filhos a responsabilidade de decidir o que fazer com ela, há quem diga que vai arrendar e ficar quieto no seu canto, outros venderão a propriedade, alguns ainda não sabem o que fazer. Embora os pais incentivem os filhos a permanecer na propriedade, a sucessão ainda é um quesito mal esclarecido.

Para pesquisas futuras, sugere-se que seja explorada a sucessão da propriedade, ausência de assistência técnica, ocupação nas atividades agrícolas e comercialização para melhor entender a evasão desses jovens agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. D.. **Metodologia da Pesquisa científica**. 1.ed. Maringá: Unicesumar, 2014. v.1. 98p.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República Casa Civil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acessado em: 20 de julho de 2015.

COELHO, M. A.S. et al. Sucessão familiar no agronegócio: um estudo de caso uma comunidade rural do noroeste do estado do Paraná. Congresso Nacional de Economia e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: **SOBER**, 2011, 17 p.

COSTA, J.P. et al. Agricultura familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. **Unicamp**, Campinas, 2008, 20p.

BACEN. Banco Central do Brasil. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acessado em: 20 de julho de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411080>>. Acessado em 25 de julho de 2015.

LIMA, D. O.; BARCZSZ, S. S.; OLIVEIRA, L., D., S.. Características da internacionalização da agroindústria exportadora de frango de corte de Mato Grosso do Sul. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. XLVI, 20 a 23 de julho de 2008, Riu Branco. **Anais...** Riu Branco/AC: **SOBER**, 2008, 21p.

RIBEIRO, T. F.; PEREIRA, J.; POSTALI, V. B. **A (RE) CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DE IRETAMA (PR) ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL**. II SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, agosto 2013, Campo Mourão, 24p.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do estado do Paraná na década de 1970. **Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.